

Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe

Dalva Maria da Mota^{1*} e Jane Velma dos Santos²

¹Embrapa Amazônia Oriental, Trav. Enás Pinheiro, S/N, Belém, Pará, Brasil. ²Administração Estadual do Meio Ambiente, Aracaju, Sergipe, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: dalva@cpatu.embrapa.br

RESUMO. O estudo objetivou analisar como populações extrativistas usam e conservam os remanescentes de mangabeiras em Sergipe. A metodologia de pesquisa foi, predominantemente, qualitativa constando do levantamento de dados primários (entrevistas estruturadas e semiestruturadas, observação participativa) e secundários, organizados para compor um quadro geral do extrativismo, valorizando as práticas de conservação, uso e comercialização dos remanescentes das plantas e frutos. Os dados foram analisados centrando-se nas características das catadoras de mangaba já descritas na literatura (Mota e Silva Júnior, 2003; Mota *et al.*, 2003a e b). A perspectiva de gênero e a relação passado/presente foram também consideradas na análise. As principais conclusões mostram que elas têm conseguido conservar os recursos genéticos dessa espécie, a partir de um manejo tradicional que combina práticas e saberes (segundo as características dos recursos naturais, épocas, formas de acesso aos remanescentes etc.), num contexto de crescente valorização da fruta nos mercados local e regional, mas também de fortes ameaças (turismo, agricultura e especulação imobiliária).

Palavras-chave: saberes tradicionais, mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), catadoras, extrativismo.

ABSTRACT. Use and conservation of *Hancornia speciosa* Gomes remainders by extractivist populations in Barra dos Coqueiros, State of Sergipe. This paper aimed to analyze how the extractivist population use and conserve the *Hancornia speciosa* Gomes remainders in the state of Sergipe (Northeastern Brazil). The research methodology was predominantly qualitative, consisting of the surveying of primary (structured and semi-structured interviews, participative analysis) and secondary data, organized to constitute a general exploration picture, valuing the conservation action plans, use and commercialization of remainder crops. The data was analyzed focusing on the characteristics of the *Hancornia speciosa* Gomes female collectors already depicted in the literature (Mota e Silva Júnior, 2003; Mota *et al.*, 2003a e b). The genre perspective and the past/present relation were also considered in the analysis. The main conclusions show that they have been able to manage the genetic resources of that species, through a traditional handling perspective that combines action and knowledge (according to the natural resources features, seasons, access to remainders etc.) in a context of increasing valuation of the fruit in both local and regional markets, but also considering the threats (tourism, agriculture and real estate speculation).

Key words: traditional knowledge, *Hancornia speciosa* Gomes, female collectors, exploration.

Introdução

Nos últimos anos, populações extrativistas de áreas de restinga e tabuleiros do Estado de Sergipe têm encontrado no extrativismo da mangaba uma alternativa de ocupação e de geração de renda (Mota e Silva Júnior, 2003a; Silva Júnior, 2003), particularmente, após o declínio da coleta do caranguejo nos manguezais. Em decorrência, investem na conservação dos remanescentes dessa cultura. Ao mesmo tempo, intensificam a sua exploração num contexto de crescente pressão sobre os recursos tanto nas áreas de uso comum quanto

naquelas privadas. Estas áreas são usadas por seus donos, que, apesar de permitirem o acesso das catadoras, utilizam-nas, cada vez mais, para o cultivo de coqueiro, construção de infraestruturas turísticas e viveiros de camarão. Essas atividades dependem do corte das plantas e, por extensão, da desestruturação de sistemas de acesso aos bens comuns a partir de normas de conduta partilhadas há anos.

Parâmetros teóricos

O objetivo deste trabalho é analisar como uma população extrativista usa e conserva os

remanescentes de mangabeira no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe¹, no contexto da crescente pressão que ameaça o acesso aos recursos de uso comum, entre os quais, a construção de uma ponte sobre o rio Sergipe, que facilitará o acesso dos residentes na capital do Estado (Aracaju) às áreas remanescentes, crescentemente ocupadas com atrações turísticas.

Apesar desse sistema extrativista existir há mais de três décadas e de todas as ameaças que põem em risco a sua continuidade, as formas de gestão postas em prática por essa população ainda não foram sistematicamente estudadas e, conseqüentemente, consideradas pelas políticas públicas², não obstante as mesmas serem reconhecidas como fundamentais à conservação da biodiversidade. Por outro lado, essas populações constituem um grupo social que se identifica como agente do processo de desenvolvimento sustentável com baixo impacto sobre o meio ambiente e, assim, é visto também pelo resto da sociedade (Castro, 1997; Almeida, 2004).

As discussões aqui apresentadas tratam dos resultados da primeira etapa de uma pesquisa que está sendo realizada no município de Barra dos Coqueiros, nos povoados Olhos D'Água, Capão e Jatobá, nos quais o extrativismo da mangaba é uma das principais atividades e fonte de renda dos nativos (Santos *et al.*, 2006). O município possui 25% da sua população residindo no espaço rural, cujas principais atividades são a agricultura, a pesca, o turismo e o artesanato.

A metodologia de pesquisa foi predominantemente qualitativa, constando do levantamento de dados primários (entrevistas estruturadas e semiestruturadas, observação participativa) e secundários, organizados para compor um quadro geral do extrativismo, valorizando as práticas de conservação dos remanescentes, o uso e a comercialização dos frutos.

Em cada um dos povoados foram entrevistadas três catadoras de mangaba. Todas as entrevistadas residiam nos seus respectivos povoados, eram casadas, estudaram as primeiras séries do 1º grau, tinham entre 40 e 60 anos e eram responsáveis tanto pelo extrativismo quanto pela pós-colheita e comercialização, assim como pela socialização das crianças, segundo uma divisão social do trabalho fortemente amparada nas diferenças de gênero.

¹ Município localizado na Região Leste de Sergipe, na Ilha de Santa Luzia, é o quinto maior produtor de mangaba de Sergipe. Sua localização é definida pela latitude 10°50'41"S e longitude 36°55'07"W; sua jurisdição compreende a costa do Estado de Sergipe, desde a extremidade N da foz do rio Sergipe até a divisa com o município de Pirambu pelo rio Japarutuba. A distância da capital Aracaju é de 1 km, e as atividades econômicas desenvolvidas são a agricultura, a pesca e o turismo.

² Aliás, só recentemente se inauguram no Brasil iniciativas exclusivas para segmentos da população tradicional.

Os dados foram analisados centrando-se nas características das catadoras de mangaba já descritas na literatura (Silva Júnior, 2003; Mota e Silva Júnior, 2003, Mota *et al.*, 2003a; Mota e Silva Júnior, 2005; Mota e Santos, 2005), cujas práticas têm permitido: 1) geração de ocupação e renda e 2) conservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais a ela associados com baixo impacto sobre o meio ambiente (Silva Júnior *et al.*, 2003). A perspectiva de gênero e a relação passado/presente foram também consideradas na análise.

Espera-se, com os resultados dessa pesquisa, gerar um tipo de conhecimento o qual mostre que “a natureza, tal como a observamos hoje, é sempre o produto de uma prolongada atividade humana, geração após geração, civilização após civilização” (Mendras, 1978, p. 45) e, como tal, dê suporte para que as catadoras se apropriem de informações que subsidiem a sua ação coletiva, além de subsidiar políticas e cenários voltados para encorajar a conservação dos recursos naturais pelo continuado acesso das catadoras aos mesmos.

Resultados e discussão

Sobre o extrativismo

Há três décadas o extrativismo³ parecia fadado a desaparecer diante da concorrência dos produtos sintéticos (Homma, 1993), das redes arcaicas de comercialização (Emperaire e Lescure, 2000), da imagem negativa da atividade associada à pilhagem e destruição dos agroecossistemas, da baixa rentabilidade econômica (Lescure, 2000) e da tendência de generalização da tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural, com profundas conseqüências nas relações sociais para atender a mercados exigentes e globais.

Os anos passaram e a atividade extrativista se extinguiu em algumas áreas, conforme previsto; agoniza em outras, mas também persiste (castanha-do-brasil; mangaba, bacuri, por exemplo) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos (Almeida, 2000), nos quais a caça, a agricultura e a pesca são componentes essenciais, segundo arranjos variados e com técnicas de baixo impacto ambiental.

Por conseguinte, o debate tem sido crescentemente revalorizado pelo reconhecimento da importância dessa atividade para a conservação da biodiversidade *in situ* (Almeida, 1994), no atual contexto em que o desequilíbrio ambiental afeta o

³ Entendido aqui como a exploração dos produtos nativos em ecossistemas diversos e voltados para diferentes mercados no conjunto de atividades desenvolvidas pelas denominadas populações tradicionais.

cotidiano das pessoas e as atividades econômicas (Allegretti, 1994); pela valorização cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo (Serra *et al.*, 2007), em que consumidores distantes cobiçam produtos rotulados como verde e produzidos de forma ecologicamente correta; e pelo reconhecimento de que o conhecimento acumulado por gerações de populações tradicionais no desenvolvimento dessa atividade tem sido um dos guias mais usados nas pesquisas (Almeida, 1994).

Nesse contexto, foi superado o paradoxo levantado por Emperaire e Lescure (2000): seria a exploração dos produtos da floresta um instrumento de conservação? Em consequência, o debate tem sido revigorado pelas experiências com as reservas extrativistas⁴, predominantemente na Amazônia, tanto em decorrência de maior incidência delas quanto da importância dessa região para a conservação dos recursos naturais do planeta.

Mas qual a relevância desse debate para o extrativismo da mangaba praticado no Nordeste⁵ brasileiro? Por um lado, subsidia a reflexão, disponibilizando instrumentos conceituais e metodológicos para a compreensão da relação homem-natureza e das novas formas de desigualdade que coexistem com a sofisticação do consumo em processos que nem sempre se evidenciam como eventos globais. Por outro, permite visibilizar grupos de extrativistas até então desconhecidos pela literatura, a despeito do seu importante papel na conservação da biodiversidade e da manutenção de hábitos tradicionais de consumo de uma fruta nativa, rica em vitamina C e ferro e associada a territórios e grupos.

O extrativismo da mangaba em Barra dos Coqueiros

A memória oral registra que no passado recente a existência de mangabeiras no município era exclusivamente provida por Deus e atendia a todas as necessidades dos antigos residentes, provavelmente porque a oferta excedia a demanda, num contexto em que a fruta se destinava apenas ao consumo. Todas as entrevistadas afirmam que nenhum habitante influenciava o desenvolvimento das plantas, cabendo ao homem apenas usufruir dos frutos ofertados pela natureza. Ou seja, a tese da natureza como produto da ação humana (Mendras,

1978) parece não ter sustentação nesse grupo, que tende a associar o passado longínquo a uma natureza intocada e idealizada na memória oral como tempos de fartura.

No presente, no entanto, reconhecem que o aumento da população implicou maior grau de exploração do meio, fazendo com que estratégias de multiplicação das plantas tenham sido buscadas localmente⁶, e que, na atualidade, existem mais plantas do que no passado. Assim, a noção de uma natureza intocada cede lugar à natureza manejada, mas com predominância de uma única espécie que, pelo fato de ser nativa, não parece preocupar os entrevistados quanto à problemática do empobrecimento da biodiversidade.

No povoado Jatobá, são três os estabelecimentos⁷ que possuem áreas com mangabeiras, e a introdução de plantas por meio da produção de mudas é cada vez mais frequente. A quantidade total de plantas é, aproximadamente, de 500 pés em fase de produção, que são manejados por 15 catadoras. Esse pequeno número de plantas é decorrente da forte pressão imobiliária no povoado nos últimos anos, que tem levado ao loteamento de áreas e à consequente diminuição do número de plantas pelo corte, para a construção de segunda residência.

No Povoado Olhos D'Água, o extrativismo da mangaba entrou em declínio a partir do final da década de 1980, com a intensificação do cultivo do coco, o que gerou diminuição dos remanescentes de mangabeira e, conseqüentemente, a expulsão de parte da população nativa para a zona urbana. Assim, poucos nativos conseguiram permanecer no povoado na condição de proprietários de pequenos estabelecimentos. Atualmente, cinco dos antigos moradores permanecem na área, na condição de proprietários de espaços que variam de 10 a 17 hectares, nos quais existem áreas naturais e cultivadas de mangabeiras consorciadas com mangueiras, cajueiros e coqueiros. Neste povoado, o número de plantas é estimado em 2.300, e não há áreas de exploração comum. O número de catadoras é, aproximadamente, 15. Diferentemente do povoado Jatobá, não há loteamentos e predominam os estabelecimentos de cidadãos que, geralmente, contratam caseiros para o trabalho no campo.

O povoado Capoã é a mais importante área de extrativismo, pois tem o maior número de plantas, de catadoras e de renda com a cultura. Ali, o

⁴ Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a reserva extrativista "é uma área utilizada por populações extrativistas", que dependem de atividades como o extrativismo, a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte. São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

⁵ Na região, a cultura é explorada, predominantemente, pela ação extrativista, iniciando-se um processo de formação de pomares por agricultores, cidadãos que têm chácaras e empresários para atender à demanda crescente.

⁶ A partir dos anos 70, mudas de mangabeiras foram produzidas como resultados de pesquisa. No entanto, essas populações desconhecem esse processo e as reproduzem segundo saberes e práticas tradicionais.

⁷ No povoado Jatobá, estima-se em dez o número de estabelecimentos, considerando-se que o número de loteamentos tem crescido com a fragmentação das propriedades.

extrativismo é a principal estratégia de sobrevivência. Estima-se que o número de plantas seja de 6.400, distribuído entre pequenos estabelecimentos (cerca de 20) e uma área particular de aproximadamente 50 hectares (com cerca de 3.000 plantas), de uso comum em decorrência do abandono da mesma pelos seus donos. O número de catadores é de cerca de 200 pessoas, sendo 160 mulheres. A superioridade dos números neste povoado em relação aos demais decorre da relevância dessa atividade na composição da renda familiar. Diante dessa situação, as catadoras têm investido no desenvolvimento de práticas de manejo tradicionais que possibilitem aumento da produção.

Em Capoã existem estabelecimentos que possuem cerca de 150 plantas por hectare consorciadas com coqueiros, cajueiros e roças⁸. Por essa elevada incidência, é ali que as catadoras demonstram maior domínio das práticas e saberes associados ao manejo, à pós-colheita e à comercialização da fruta.

Os três povoados estão localizados em áreas próximas aos manguezais, isso facilita que a exploração alternada mangaba/mangue faça parte das estratégias de sobrevivência da população, reforçando a tese de que o extrativismo deve ser sempre compreendido no conjunto das atividades da população (Diegues, 1998; 2002).

Analisando-os comparativamente, constata-se que o número de plantas por catadora é completamente diferente nos três povoados, o que repercute na quantidade de frutas a ser vendida e, conseqüentemente, nos rendimentos auferidos por cada uma.

Formas de acesso às áreas naturais e cultivadas de mangabeira

Como observado em outras áreas do Nordeste, existem diferentes formas de acesso às mangabeiras:

1) algumas famílias vivem em propriedades privadas na condição de caseiros e, como tais, têm o direito de coletar as frutas no sistema de meia com o proprietário, competindo àqueles a colheita, pós-colheita e a venda. A renda total é dividida entre caseiros e proprietário da área;

2) existem catadoras que colhem a mangaba em terras públicas, a exemplo das áreas do Porto de Sergipe e da Codise – Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe, ou em terrenos de terceiros (abandonados), como é o caso do sítio Filizola⁹, uma

propriedade particular onde seu dono não aparece há muito tempo – desse modo, considerada por muitos como área abandonada;

3) outras colhem mangaba nos seus próprios estabelecimentos e os mantêm cercados para evitar a entrada de terceiros, o que contribui para que, cada vez mais, diminuam as áreas de acesso comum nessa região;

4) algumas pessoas invadem as propriedades particulares cercadas e colhem o fruto, da mesma forma como observado em outras áreas de Sergipe (Mota e Silva Júnior, 2003). Essas invasões acabam ocasionando rivalidades e até mesmo conflitos;

5) há também catadoras que ganham pelo dia de trabalho. Esse comportamento foi observado numa localidade denominada Rio Morto, que fica entre os povoados Capoã e Jatobá¹⁰.

Pela comparação das diferentes formas de acesso, as mais prejudiciais à conservação dos remanescentes são as áreas de livre acesso, onde o extrativismo é intenso e as plantas ficam expostas a agressões, especialmente no período de safra, quando são retirados frutos verdes e os galhos são quebrados. Mesmo nessas áreas, a intensificação das colheitas acaba gerando discussões, pois há compreensões diferentes quanto aos procedimentos a serem utilizados no extrativismo. Para alguns, o uso intensivo dessas áreas não tem prejudicado a produção; para outros, as conseqüências são visíveis e têm afetado enormemente a conservação. Esse fenômeno tem-se dado em outras regiões, como mostra literatura recente. (Mota e Silva Júnior, 2005).

Organização do trabalho

Como em outras atividades no espaço rural, a divisão social do trabalho está intimamente vinculada a sexo, idade e posição ocupada na família, como pode ser observado na Tabela 1. No entanto, destaca-se a quase exclusividade das mulheres, da propagação das plantas à comercialização dos frutos. Nesta última atividade, isso é uma particularidade, considerando-se que, normalmente, as ações que envolvem transações comerciais estão sob a responsabilidade dos homens no espaço rural. Contudo, recentemente, a comercialização da mangaba começa a chamar a atenção dos homens, em decorrência da valorização econômica da fruta num mercado dinâmico que, cada dia mais, demanda frutas, desvincula locais, época de produção e formas de consumo.

⁸ A roça é caracterizada pelos catadores como o plantio de maxixe, quiabo, feijão de corda e de melancia.

⁹ O sítio Filizola é a área de maior concentração de mangabeiras e considerada a maior produtora do município de Barra dos Coqueiros.

¹⁰ O sítio do Rio Morto pertence ao Grupo Barbosa. Uma das catadoras entrevistada já residiu nessa área. Ela afirmou que tanto ela quanto os filhos trabalhavam no extrativismo da mangaba e recebiam, por dia de trabalho, o equivalente hoje entre R\$ 8,00 e 10,00, pagos pelo gerente do sítio, pessoa encarregada de gerir toda a produção local.

Tabela 1. Organização do trabalho numa comunidade tradicional do município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Responsável	Atividade
Homens	Cuidam da cultura do coco, trabalham de enxada na produção de roças de feijão de corda, de quiabo, de melancia e de maxixe.
Mulheres	Cuidam da casa, são responsáveis pela reprodução das plantas, colheita, armazenamento e comercialização da mangaba, do caju, da manga e do murici. Ajudam no período de colheita da roça.
Crianças	As meninas ajudam as mães em todas as suas atividades (casa e campo), e os meninos acompanham os pais na roça e auxiliam as mães no campo, na colheita da mangaba.

O predomínio das mulheres na atividade pode ser explicado pelo fato de que, até os anos 80, a utilização de frutas nativas ainda não era muito valorizada e, por esse motivo, destinavam-se predominantemente ao consumo familiar, apenas em pequenas quantidades eram comercializadas. Por serem sazonais, não representam volumes expressivos e não demandam investimentos e recursos tecnológicos, não constavam no elenco das culturas comerciais; sendo assim, os recursos obtidos com a sua venda se destinavam a suprir necessidades esporádicas, como uma roupa ou um sapato para uma festa ou para o lazer. Ou seja, um extra para os diferentes membros da família que se dedicassem ao extrativismo, considerando que a fruta ainda não era tão intensamente vinculada ao mercado.

Por tudo isso e também pela facilidade de revezamento das mulheres entre a atividade doméstica e a extrativista, normalmente realizada nas proximidades da casa e sem demandar longas e ininterruptas jornadas de trabalho, as áreas de mangabeiras se constituíam em espaços de domínio feminino.

Nesse universo, lidar com a mangaba não era considerado atividade pública, nem geradora de renda – pertinente, pois, ao domínio das mulheres –, em oposição à esfera de ação dos homens em que vigora o negócio, o público. Está implícita nessa concepção a desvalorização do trabalho extrativista, que era mais considerado como uma atividade ocasional que produtora de valor.

Sob outra ótica, essa divisão social do trabalho revela os papéis genéricos do masculino e do feminino, amparados numa polarização de qualidades próprias ou adequadas a cada um deles. Nesse caso, o pomar é considerado uma extensão da casa, portanto domínio preferencial das mulheres, as quais se desdobram entre as funções domésticas e extrativistas, tarefas julgadas leves. O extrativismo da mangaba não é considerado socialmente adequado ao elenco das atividades do denominado provedor da família, que necessita de certa regularidade nos ganhos.

As crianças – tanto meninos quanto meninas –

também participam desse processo a partir dos sete anos de idade. O que se tem observado é que, anteriormente, as crianças de ambos os sexos começavam ajudando e depois os meninos não catavam mais, voltando-se completamente a cuidar da roça. Hoje, nota-se que a participação dos jovens tem aumentado e, segundo as mulheres, isso se deve ao crescimento da importância econômica da mangaba. O lucro com a mangaba é superior ao gerado com o coco.

Os homens são responsáveis pela agricultura e colhem mangaba apenas quando estão disponíveis, mas não participam efetivamente nem do beneficiamento nem da comercialização da fruta, tarefas ainda consideradas exclusivamente femininas. E se alguns homens casualmente ajudam no processo de venda da mercadoria, é sob a liderança das mulheres. Isso levou um entrevistado a afirmar: Eu ajudo a minha mulher aí na venda das mangabas. Estaria havendo uma inversão de papéis? Ainda é prematuro afirmar que sim, mas é claro que as mulheres detêm esse espaço do mercado e não parecem dispostas a abrir mão dessa conquista. Mesmo assim, observou-se que a negociação de volumes elevados da fruta no mercado regional é feita pelos homens.

Ainda na organização do trabalho, os papéis de homens e mulheres são diferenciados na socialização das crianças, cabendo aos dois a transmissão dos saberes e práticas acumuladas em cada atividade considerada inerente ao gênero. A socialização funciona como um reforço aos papéis de homens e mulheres associados a pesado e leve, público e privado.

Independentemente da idade da catadora, o cuidado que se tem com a planta é visível em todas as atividades, evitando-se a quebra de galhos e o extrativismo predatório. Há, também, preocupação em conservar as plantas existentes e em favorecer a dispersão dos frutos pelos animais e/ou produção de mudas, garantindo, assim, a reprodução desse patrimônio para as gerações futuras. Para essas mulheres, o extrativismo da mangaba representa, simultaneamente, uma importante fonte de renda e de reconhecimento social.

No geral, as mulheres se diferenciam dos homens quanto aos papéis de cada um na conservação dos remanescentes. Supervalorizam as suas atribuições em detrimento da dos homens, que, segundo elas, não têm agilidade nem destreza para as atividades de colheita e pós-colheita – a fruta, quando madura, é muito delicada e estraga facilmente com o manuseio inadequado. Não estaria implícita nessa crítica uma tentativa de garantia de posições conquistadas diante da crescente tendência de valorização da mangaba?

Conservação e usos

De modo geral, as mangabeiras situadas no município de Barra dos Coqueiros apresentam-se em grande número e são descritas pelas suas catadoras como plantas de terreno seco, de areia ou, como elas denominam, de caatinga.

Mangabeiras: coisa de Deus ou dos homens?

Segundo as entrevistadas do povoado Jatobá, as áreas de mangabeira são formadas por plantas nativas e por plantas cultivadas. Não é perceptível, porém, a diferença entre umas e outras porque foi conservado o mesmo tipo de disposição que, historicamente, predomina nos pomares. O plantio se dá por meio de mudas produzidas com sementes selecionadas (fruta amadurecida naturalmente). Para algumas catadoras, existe dificuldade na germinação no que tange ao processo artificial, já que as sementes não brotam facilmente e as mudas exigem cuidados: regar e colocar coberturas para evitar sol em excesso, o que é desnecessário para aquelas que germinam de forma natural. Além do mais, estas últimas são muito valorizadas e estimuladas¹¹ a crescer por serem mais resistentes.

Em todo esse processo, a observação é uma condição indispensável à reprodução das plantas o mais próximo possível do que pensam como o natural, ou seja, deixado por Deus (palavras de uma catadora). Assim, há uma mescla de plantas de diferentes idades e distâncias no mesmo espaço. Saberes desenvolvidos tradicionalmente são postos em prática, a exemplo da disposição das plantas, da seleção delas para a colheita e dos tratamentos com os frutos.

Da mesma forma que no povoado Jatobá, em Olhos D'Água há uma mescla entre plantas nativas e cultivadas, e a área é reconhecida como uma das pioneiras no extrativismo de frutas como mangaba¹², murici (*Byrsonima sericea*), cambuí (*Myrcia* sp.) e caju (*Anacardium occidentale*).

Pode-se afirmar, como visto, que há crescente preocupação com o plantio de novas áreas nos três povoados, em decorrência da valorização da fruta nos mercados local e regional.

Como discutido na literatura (Faria *et al.*, 2005; Diegues e Arruda, 2001; Pereira, 2004; Mota e Silva Júnior, 2003), as populações extrativistas conhecem detalhadamente o comportamento dos recursos com os quais se relacionam há anos, mas esse conhecimento é associado à intensidade da relação, origem, idade e forma de acesso. Quanto mais intensa a relação, mais saberes e práticas são dominados, como acontece no povoado

Capoá, onde cada detalhe do desenvolvimento da planta é observado e repassado para as gerações futuras. A troca de experiências se dá a partir da vivência dos mais jovens com os mais velhos, predominantemente, pela demonstração nos diferentes momentos de desenvolvimento da planta, e não existe nenhum tipo de assistência técnica ou de apoio do Estado.

A produção de mudas como desafio

A produção de mudas é realizada de forma artesanal, e o processo praticamente se repete nos três povoados, como demonstrado na Tabela 2¹³.

Tabela 2. Descrição do processo artesanal de produção de mudas.

Tipos de mudas	
Mudas a partir de sementes	Mudas a partir do fruto
<p>Seleção da semente – A partir do fruto bem maduro, retira-se a semente com cuidado, colocando-a para secar.</p> <p>Semeadura – As sementes são colocadas em pequenos sacos contendo areia; deve-se ter o cuidado de regá-las constantemente, até as sementes germinarem e as plântulas alcançarem um tamanho que possibilite a sua transferência para as áreas escolhidas.</p> <p>Escolha do local de plantio – Deve-se escolher uma área aberta para que a muda possa desenvolver-se sem competir com as demais plantas. Faz-se a transferência da plântula do saco para o local definitivo. Os cuidados, a partir daí, deverão ser as regas e o controle de plantas daninhas.</p>	<p>Seleção do fruto – Devem-se escolher frutos maduros.</p> <p>Plantio – Após a seleção, planta-se o fruto inteiro, diretamente no local definitivo, sem separar a polpa e a casca. A germinação e o desenvolvimento ocorrem diretamente no local escolhido, não necessitando de transplantio.</p> <p>Escolha do local de plantio – Após a semeadura direta no campo, o catador tem o cuidado de regar o local e controlar plantas daninhas.</p>
ETAPAS	ETAPAS

Conforme relatos dos entrevistados, no povoado Capoá, a técnica de produção de mudas, seja por sacos plásticos para o transplantio ou por semeadura direta, vem sendo reduzida porque se tem notado que a dispersão natural de sementes proporciona plantas mais resistentes aos fatores ambientais e com melhor desenvolvimento, por suportar melhor o calor e a escassez de água. Segundo as catadoras, os responsáveis pela dispersão das sementes e sua rápida germinação são o cavalo, o gado e os pássaros, que se alimentam do fruto maduro encontrados no chão.

Os cuidados com as plantas: tarefa das mulheres?

Para as catadoras, os cuidados dispensados às

¹¹ Observação constante para combater qualquer empecilho (outras plantas em volta, por ex.).

¹² Uma das mais antigas catadoras de mangaba da região faz parte desse grupo.

¹³ As mudas podem ser obtidas tanto a partir da semente quanto a partir do fruto inteiro. Em ambos os processos, as etapas de seleção da semente e do fruto, germinação e início da frutificação duram, respectivamente, um dia, um a dois meses e dois anos. No entanto, o plantio do fruto inteiro no local definitivo é o processo mais utilizado pela maioria dos catadores.

mangabeiras são mínimos, se comparados aos exigidos pelo coco ou por outras culturas, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3. Práticas culturais executadas na mangabeira no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Povoado	Procedimento
Olhos D'Água	Retiram-se todas as plantas que se desenvolvem embaixo e próximo aos pés de mangaba. Os galhos secos, que normalmente aparecem nas plantas, são removidos e todas as folhas que se encontram embaixo das plantas são retiradas, deixando-se a área limpa.
Capoã	As plantas invasoras são removidas e arrastadas para os pés de mangaba. As folhas que se depositam naturalmente embaixo das plantas não são retiradas; apenas os galhos secos, que normalmente aparecem, são removidos. Essa estratégia de conservar a serrapilheira se deve à retirada da mangaba de vez (quando ela cai perde muito látex e, em contato com a terra, o fruto fica muito sujo, dificultando o processo de encapotamento). Com a serrapilheira, os frutos se mantêm limpos, isentos de areia, deixando mais fácil o trabalho dos catadores.
Jatobá	Os cuidados utilizados neste povoado são idênticos aos usados no povoado Olhos D'Água, pois as catadoras colhem a mangaba de caída.

A extração do látex da mangabeira para fins comerciais não é uma atividade desenvolvida nessa área e é realizada apenas quando pessoas, geralmente da zona urbana, solicitam-no para fins medicinais¹⁴. No entanto, é considerada por alguns como uma atividade que pode causar sérios danos à planta, ocasionando a diminuição da produção e até a sua morte.

A colheita e encapotamento do fruto

A safra começa em dezembro e se estende até agosto, ocorrendo variações na quantidade de frutos produzidos nesse intervalo de tempo. A primeira safra (dezembro a março) é considerada a de melhor qualidade. Há divergências em considerar o número de safras que ocorrem no ano: uns afirmam que são três; outros, que são duas.

A colheita é feita a partir do amanhecer (por volta das 5h 30 min.) e ao entardecer. As catadoras evitam os horários mais quentes, pois o sol em excesso queima o fruto, afetando a aparência e o sabor. Nas visitas às plantas, são coletados frutos maduros que já estão no chão (chamados mangaba de caída) e retirados com um gancho de ferro os frutos que se encontram quase amadurecidos (chamados de vez). A retirada pode dar-se, também, pela subida nos pés e, a fim de evitar danos aos galhos, essa tarefa é desempenhada predominantemente pelas crianças, que são leves.

Quanto à forma de amadurecimento, o fruto pode ser classificado como de caída e de capota. A

mangaba de caída, como mencionado anteriormente, é aquela que cai do pé naturalmente, efetivamente madura. Já a mangaba de capota é aquela que é retirada do pé antes de completar o seu amadurecimento efetivo e que passa por um processo de amadurecimento artificial, chamado encapotamento. Este processo consiste na lavagem dos frutos após a colheita. Em seguida, são colocados para enxugar sobre um pano seco. Logo depois, são colocados em baldes revestidos com papel e cobertos também com papel ou tecido. Após três dias, os frutos estão maduros e prontos para serem comercializados. Apesar de todos esses cuidados, a chamada mangaba de capota não alcança valores tão elevados no comércio, nem é tão saborosa como a mangaba de caída, contudo ela é muito importante para a agroindústria, que as considera melhores que as de caída, por serem mais resistentes ao transporte.

Conclusão

A pesquisa permitiu concluir que:

1) Pelo valor agregado à mangaba nos últimos anos (polpas, sorvetes etc.), o seu extrativismo é uma prática que se vem intensificando no município de Barra dos Coqueiros, Estado do Sergipe, mais especificamente no povoado Capoã, sendo fonte de geração de ocupação e renda, principalmente para as mulheres.

2) Mesmo tendo a participação de crianças e de jovens, o extrativismo é feito por mulheres, as quais se revezam entre a casa e o campo. Os homens somente ajudam na atividade quando a produção é intensa. Nota-se que a predominância das mulheres no manejo da mangaba lhes confere saberes que têm contribuído para a conservação dos remanescentes.

3) As catadoras de mangaba (descendentes, em sua maioria, de sítiantes) são uma nova tipologia dentro das comunidades tradicionais, que apresentam saberes acumulados – legado de gerações – e formas particulares de reprodução desses conhecimentos sobre práticas de manejo das plantas, sobre produção de mudas para a preservação das áreas e sobre colheita.

4) As formas de acesso aos remanescentes são três: por terras próprias, pelo sistema de “meia” e pelo uso de áreas comuns, determinantes nas estratégias de conservação.

5) A intensificação das colheitas caracterizando extrativismo predatório é um dos fatores que têm contribuído para a exaustão das plantas, especificamente nas áreas de exploração comum, onde não há os mesmos cuidados dispensados nas áreas particulares.

6) No geral, as catadoras de mangaba são as responsáveis pela conservação dos remanescentes de mangabeira, porquanto as mesmas visualizam essas

¹⁴ Segundo Silva Júnior (2003), algumas partes da mangabeira são utilizadas para fins medicinais, como a casca, que possui propriedades adstringentes, e o látex, que é empregado contra doenças pulmonares, tuberculose, úlceras e herpes. Também é utilizado no combate a câimbras. Silva Júnior destaca ainda a utilização, por uma comunidade do Pontal, Sergipe, da mistura do látex com água para pancadas, fraturas e inflamações.

áreas como um patrimônio que precisa ser preservado a fim de garantir a reprodução para as gerações futuras.

7) Os cuidados não se limitam somente ao plantio, mas também ao manejo por meio da retirada dos galhos, da colheita dos frutos, da observação das diferentes etapas de reprodução, da diferenciação das plantas, folhas, frutos e do controle das ervas daninhas. Tudo isso tem consequências positivas na seleção e conservação das plantas *in situ*, seja pela propagação natural ou realizada pelo homem.

Referências

- ALLEGRETTI, M.H. Reservas extrativistas. In: ANDERSON, A. *et al.* (Org.). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambiental, 1994. p. 17-48.
- ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In: ANDERSON, A. *et al.* (Org.). *O destino da floresta*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994. p. 259-276.
- ALMEIDA, M. Apresentação. In: EMPERAIRE, L. (Org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 233.
- ALMEIDA, M.W.B. *As reservas extrativistas e as populações tradicionais: entrevista do mês*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14 set. 2004.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, 1997. p. 263-283.
- DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- DIEGUES, A.C.S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da mata atlântica. In: SIMÕES, L.L.; LINO, C.F. (Org.). *Sustentável mata atlântica*. São Paulo: Senac, 2002. p. 135-158.
- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- EMPERAIRE, L.; LESCURE, J.P. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, L. (Org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 233.
- FARIA, I.M. *et al.* Vozes e imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais. In: BRUMER, A. *et al.* (Ed.). *Agricultura Latino-americana: novos arranjos e velhas questões*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 259-286.
- HOMMA, A.K.O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.
- LESCURE, J.P. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, L. (Org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 233.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOTA, D.M.; SANTOS, J.V. Populações tradicionais e conservação dos remanescentes de mangabeira na Barra dos Coqueiros/Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., 2005, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2005. p. 1-4.
- MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. *Raízes: Rev. de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 225-233, 2003.
- MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F. *Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. (Relatório de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq).
- MOTA, D.M. *et al.* Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003a. p. 1-6.
- MOTA, D.M. *et al.* Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003b. p. 1-6.
- PEREIRA, O.P. Criação de projeto de assentamento sob condições especiais em área frágil. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., 2004, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. p. 1-8.
- SANTOS, J.V. *et al.* A construção de indicadores para uma avaliação do extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4., 2006, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Emater, 2006. p. 1-4.
- SERRA, M. *et al.* *O mercado invisível: espécies frutíferas e medicinais na cidade de Belém e implicações para seu manejo nas áreas de extração*. 2007. (Mimeo).
- SILVA JÚNIOR, J.F. Recursos genéticos da mangabeira nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do nordeste do Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. p. 1-5.
- SILVA JÚNIOR, J.F. *et al.* Caracterização morfológica de genótipos de mangabeira na restinga do Complexo Estuarino do Rio Vaza-Barris, Sergipe. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. p. 1-5.

Received on May 09, 2008.

Accepted on October 17, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.